

A COMUNICAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A UNIVERSIDADE PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DO INGRESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

SUÉLEN VILELA CRUVINEL FLORES¹

RESUMO: Este trabalho propõe reflexões sobre o papel da comunicação universitária na relação entre a sociedade e a universidade, a partir de revisão bibliográfica e apontamentos críticos que evidenciam seu caráter social, pedagógico, vinculativo e enquanto direito humano, suscitando o desentranhamento do elemento comunicacional nas discussões sobre ingresso, permanência e extensão na Universidade Federal de Uberlândia.

Palavras-chave: Comunicação universitária, ingresso, permanência.

ABSTRACT: This work proposes reflections on the role of university communication in the relationship between society and the university, based on a bibliographic review and critical notes that highlight its social, pedagogical, binding character and as a human right, raising the disentanglement of the communicational element in discussions about entry, permanence and extension at the Federal University of Uberlândia.

Keywords: University communication, admission, permanence.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe abordar e problematizar a comunicação institucional enquanto processo comunicacional centralizado no uso de mídias sociais, e sua relação, contributiva ou não, com o ingresso e permanência de estudantes, com enfoque na comunicação como direito humano, demandante de práticas e políticas que garantam o acesso à informação dialógica e possibilitem às comunidades usufruírem o ingresso e permanência na universidade em seus multicampi.

A problemática foi explorada por meio de pesquisa bibliográfica, privilegiando-se publicações que retratassem os conceitos e discussões relacionados à área da Comunicação, Educação e Assistência Estudantil, enfocando as necessidades educacionais da sociedade brasileira frente aos

¹Assistente social em atuação na Divisão de Assistência e Orientação Social, da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE, da Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE/UFU). E-mail: svcruvinel@ufu.br. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7720547415122928>.

interesses políticos e econômicos dominantes. Livros, artigos científicos e sites institucionais pertinentes ao assunto foram consultados.

O Serviço Social, profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/93 possui como objeto de trabalho a questão social, a qual surge na contradição capital/trabalho e é resultante da exploração da força de trabalho no sistema capitalista. Esta formação aliada à atuação na Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia deram o direcionamento às reflexões aqui elaboradas. O contato cotidiano com estudantes oriundos de famílias socioeconomicamente vulneráveis que ingressaram na universidade pública e as observações relativas aos estudantes interessados em ingressar na universidade pública despertaram angústias e problematizações sobre a imagem que a Universidade Federal de Uberlândia representa perante a sociedade, como ela se comunica com a comunidade e como a comunidade se comunica com ela, relacionando aspectos importantes relativos à retenção, evasão e vagas ociosas.

Dilemas como o alto número de vagas ociosas e de evasão, em contraposição à existência de políticas para a ampliação do ingresso na universidade como as cotas sociais, raciais, processos seletivos variados e a existência de uma Política Institucional de Assistência Estudantil e de uma Política Institucional de Comunicação desafiam a Universidade a pensar a comunicação enquanto questão central, modalizada e contextualizada pelos campos social, político e econômico.

A questão comunicacional não está sendo colocada neste estudo como exclusivamente responsável pelas dificuldades relativas ao ingresso e permanência no ensino superior público. A ela relacionam-se os processos de escolhas individuais e familiares e a conjuntura neoliberal. Brevemente introduziremos um desentranhamento do comunicacional enquanto fenômeno da interacionalidade² entre universidade e sociedade e sua relação com o processo de ingresso e permanência, entendendo comunicação como compartilhamento de diferenças, como tentativa que não precisa ser bem-sucedida e cujo insucesso pode ser contributivo no aprimoramento da emissão, circulação e recepção comunicacional.

² José Luiz Braga na obra “Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade” considera o termo interatividade como reducionista das interações comunicacionais, por isso a referência e inferência à interacionalidade.

DESENVOLVIMENTO

As universidades brasileiras estão enfrentando dificuldades para preencherem suas vagas e motivarem o ingresso de estudantes em seus cursos de graduação. Diversos pesquisadores estudam os processos de evasão e retenção acadêmica assim como as políticas afirmativas, assistência estudantil e de inclusão que vislumbram o ingresso e a permanência nas instituições de ensino superior.

Nossa sociedade vive um momento de disputas ideológicas. Nos últimos anos o papel e a atuação das universidades públicas foram intensamente questionados. Para Santos (2011, p. 114) “a universidade enquanto bem público é hoje um campo de enorme disputa. Mas o mesmo sucede com o Estado. A direção em que for a reforma da universidade é a direção em que está a ir a reforma do Estado.” O neoliberalismo avança e consome corpos e mentes. A educação cada vez mais é mercadológica e voltada para os interesses do capital. Instituições privadas multiplicam-se pelo território nacional e a formação para a competitividade sobrepõe-se à formação crítica. A ciência tornou-se alvo de descredibilização.

A sociedade brasileira e, particularmente, as universidades públicas federais vivem um cenário bastante complexo nesta última década. Apesar das mudanças no campo do ensino superior público e na ciência e tecnologia, especialmente via expansão de universidades públicas federais no período 2003-2015, presenciamos, principalmente a partir do golpe institucional contra Dilma Rousseff em 2016, expressões conservadoras dos dois governos subsequentes, com destaque para o governo Jair Bolsonaro (2016-2020) de extrema-direita. Esses governos passaram sistematicamente a difamar, desacreditar e precarizar essas instituições de ensino. (Andreazza; Leonardi; Rosa, 2024).

Na Universidade Federal de Uberlândia a realidade não é diferente. Apesar da instituição proporcionar diversas formas de ingresso em seus cursos de graduação, sendo elas o vestibular, SISU, processos seletivos para transferência facultativa e para portadores de diploma, ainda assim, segundo os anexos do Edital 32/2024 referente ao Concurso Seletivo para Preenchimento de Vagas Ociosas, constavam 3494 vagas ociosas a serem preenchidas. Tal conjuntura mobiliza o universo da pesquisa, do ensino e da extensão a debruçar-se sobre os fatores que impactam localmente a composição desses números.



Será que a forma como a universidade se comunica com a sociedade tem relação com o ingresso e permanência na UFU? Ao olharmos com os nossos sentidos para as redes sociais administradas pela Universidade, assim como para os sites que ela possui e administra, podemos enxergar uma comunicação fluida, moderna, com vídeos curtos, protagonizados principalmente por jovens, além de podcasts, posts interativos, divulgações científicas em canais do Instagram, enquetes, memes. Tudo é atrativo, eloquente, divertido, juvenil.

Ao analisarmos a comunicação institucional a partir do que é inteligível e não somente a partir do que os nossos olhos e ouvidos percebem, outras problemáticas surgem para além da forma como a Universidade divulga informações sobre ela mesma. Será que a Universidade se comunica com a sociedade apenas por meio de postagens em redes sociais ou publicações em sites? Será que a comunicação entre a Universidade e a Sociedade pode potencializar o ingresso e a permanência? A população conhece a Universidade Federal de Uberlândia? A Universidade Federal de Uberlândia conhece a população das cidades onde está inserida?

Há que se considerar que com a reforma empresarial da educação o incentivo ao ingresso no ensino superior privado aumentou extraordinariamente. Também é importante pensar que hoje a universidade recebe estudantes oriundos de grupos familiares em situação de vulnerabilidade, que tiveram ao longo de sua trajetória inúmeros direitos negados nas mais variadas esferas da vida e agora estão no âmbito da universidade, com todas as vivências que os compõem enquanto um público para o qual talvez a universidade não tenha se instrumentalizado, com vistas ao sucesso acadêmico e plenitude universitária. Diante de um cenário tão complexo, como podemos pensar que a comunicação não teria um papel significativo nas relações entre comunidade e universidade, viabilizando o ingresso e permanência?

Para situar o campo da comunicação, Sodré (2014) contribui com reflexões sobre a origem da palavra “comunicação” e suas multiplicidades conceituais, semânticas e políticas. Em um resgate histórico, Freitas (2018) discorre e reflete sobre a Reforma Empresarial da Educação e como a política educacional foi se amoldando aos interesses mercadológicos e privatistas, focalizando o fracasso dos indivíduos, a competição e a meritocracia. Esta concepção neoliberal de educação e sociedade tangencia a comunicação universitária e a visão de mundo da comunidade sobre como é ingressar e permanecer na universidade. É possível que haja um distanciamento entre a sociedade e a



universidade, sendo esta vista como algo “intangível”, “para poucos”, a ponto de a comunidade não se reconhecer neste modelo de educação superior “pública”, ainda que diante dos evidentes avanços proporcionados pelas cotas e pela assistência estudantil. É necessária e pungente a reinvenção cotidiana da Universidade.

Comunicá-la, sempre será revivê-la, recriá-la, revisita-la e reinventá-la para a interculturalidade, a integração comunitária, a ecologia dos saberes, a superação do colonialismo contemporâneo e o fortalecimento da educação como bem público e de cidadania. São concepções necessárias, saberes e conhecimentos fundantes à construção de uma Pedagogia para a práxis da Comunicação Universitária, (Paixão, 2018, p.114).

Abordar criticamente a comunicação, na perspectiva sociológica, histórica, política e enquanto direito, compreende pensar que a comunicação institucional tem um papel central nas universidades públicas, sendo uma das responsáveis pela forma como a instituição se apresenta aos diferentes públicos, como futuros estudantes, comunidade acadêmica e sociedade. Ao situar a discussão na perspectiva de Paulo Freire, é possível vislumbrar a intersecção entre comunicação e educação, configurando o processo comunicacional de forma dialógica e rompendo com práticas bancárias ou processos comunicacionais que desconsiderem a intencionalidade política da comunicação. Para Freire, a comunicação é “política no sentido de opção por transformação da sociedade, e não de preservação tal como ela está” (Ribeiro, 2013).

Em sua tese de doutorado, Paixão (2018) aborda a comunicação universitária como prática pedagógica, considerando que, possivelmente, o tripé ensino, pesquisa e extensão não esteja consolidado no que tange ao princípio da indissociabilidade. Sua pesquisa demonstra que algumas universidades conferem apenas à extensão a interlocução com a sociedade.

Das universidades estudadas na pesquisa, todas creditam às atividades extensionistas, mais do que ao ensino e à pesquisa, o contato com a sociedade externa. Uma minoria menciona a ‘indissociabilidade’ ensino, pesquisa e extensão. Por todos os instrumentos documentais e fatuais que examinei, há pouca confirmação dessa ‘indissociabilidade’, mesmo que faça parte de novas regulamentações legais. Portanto, a transdisciplinaridade das práticas e conteúdos da formação universitária e a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão representam mais uma esperança de um horizonte largo do que propriamente a transformação de um discurso na realidade universitária e social. (Paixão, 2018, p. 209).

Os projetos de extensão são um elo entre a universidade e a sociedade, e a comunicação a seu respeito é essencial para engajar tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade externa. O desconhecimento dos projetos de extensão pode ser um obstáculo para o pleno envolvimento dos

estudantes e da sociedade. Entretanto, enquanto a extensão for apreendida pelos próprios atores da universidade de forma fragmentada, dificilmente a comunidade externa realizará a devida conexão da importância crucial da universidade pública no cotidiano da sociedade local,

No contexto da UFU, a comunicação sobre os projetos de extensão, como programas voltados para o desenvolvimento local, cultura, saúde e educação, pode promover maior engajamento comunitário, contribuindo para que os estudantes se sintam parte de um projeto maior, compreendam a universidade como um bem público à serviço da sociedade e desenvolvam o sentimento de pertencimento, o qual é fundamental à permanência na universidade, além de aplicarem e aprimorarem os conhecimentos científicos. Esse engajamento social não apenas fortalece os laços com a comunidade, como também contribui para que a UFU comunique uma imagem mais inclusiva.

Avançando o olhar para a comunicação enquanto direito humano, Boschetti (2009) oferece relevante contribuição ao ressaltar a perspectiva crítica de que comunicar não se resume à socialização de informações, mas prescinde de condições para refletir criticamente sobre as informações apreendidas. “[...] democratizar a comunicação implica reconhecer legal e legitimamente a comunicação como direito humano” (Boschetti, 2009, p. 22).” O texto “Comunicação e Serviço Social: Uma análise sobre a comunicação no Exercício Profissional do Assistente Social” contribuiu com o pensamento sobre a emancipação social por meio do direito à informação, à justiça social e ao poder popular.

Vannuchi (2018) traz brevemente um histórico do reconhecimento, pelo Estado, da comunicação enquanto direito humano.

No Brasil, o direito à comunicação foi oficialmente reconhecido pelo Estado em 2009, no Decreto nº 7.037, promulgado em 21 de dezembro daquele ano, que instituiu a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Sua diretriz número 22 tem o condão de conciliar os conceitos de “comunicação”, “informação” e “democracia”, e apresentá-los como princípios orientadores da abordagem contemporânea dos direitos humanos. (Vannuchi, 2018).

Além de ser um direito humano, a comunicação contribui para o acesso a outros direitos, como o direito ao ingresso e à permanência na universidade. É a partir dela que estudantes do ensino médio se informam sobre vestibulares e SisU. É pela comunicação que estes mesmos estudantes



descobrem a possibilidade de ingressarem na universidade por meio da reserva de vagas destinada a pessoas oriundas de grupos familiares socioeconomicamente vulneráveis e / ou a pessoas pretas, pardas, indígenas. Todo o vínculo entre a universidade e a comunidade externa se estabelece por meio da comunicação, seja ela midiática ou interpessoal e toda a relação entre a universidade e os estudantes nela inseridos também se dá pelas variadas práticas comunicacionais. Por muitas vezes os ruídos nessa comunicação interna e cotidiana refletem nas dificuldades dos estudantes em se vincularem aos seus cursos de graduação, à instituição e nela permanecerem, sendo que esta comunicação interna não se resume às iniciativas midiáticas mas incluem os mais diversos contatos estabelecidos por e-mails, *whatsapp*, *Teams*, telefonemas, ouvidoria e contatos pessoais nos diversos setores, pelos mais variados servidores, colaboradores, gestores e entidades.

No que tange à permanência dos estudantes, Dias e Sampaio (2024) tratam a Assistência Estudantil como um campo científico. Para eles “[...] o debate em torno da assistência estudantil não é novo e mobiliza diferentes capitais científicos em uma disputa de perspectivas em torno daquilo que pode ser considerado uma assistência estudantil ideal” (Dias; Sampaio, 2024). Andreazza, Leonardi e Rosa (2024) apresentam um cenário de disputa política e efeitos sócio-históricos que circundam o Plano Nacional de Assistência Estudantil. O papel das universidades públicas na inclusão social tem sido amplamente discutido no Brasil, especialmente após a implementação de políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais e sociais, que buscam democratizar o acesso ao ensino superior.

A comunicação institucional deve, nesse contexto, não apenas informar sobre estas políticas, mas também contribuir para a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo. Isto não significa falsear ou fazer um marketing irreal de ações e direitos, mas sim proporcionar acesso a informações que captem a realidade da conjuntura em que a assistência estudantil e as ações afirmativas estão tornando claras as condicionalidades e responsabilidades a que estão vinculados os estudantes que são público-alvo de programas, projetos e principalmente no que tange à concessão de auxílios financeiros e cotas. Nisto está tratar a comunicação enquanto dimensão pedagógica.

As universidades públicas ainda enfrentam desafios relacionados à comunicação institucional. Muitas vezes, a comunicação é percebida como burocrática, distante ou inadequada para os públicos mais vulneráveis. As comunidades demonstram dificuldades em encontrar informações

sobre projetos de extensão, formas de inscrição, atividades artísticas e culturais. Estudantes recém aprovados em processos seletivos mantêm um contato imediato com sistemas digitais de matrícula. Dúvidas sobre editais e documentações são solucionadas por e-mails ou nos próprios sistemas institucionais. Telefonemas e contatos pessoais foram praticamente extintos. Isto evidencia a transformação do processo comunicativo, o formato de comunicação assumido pela Universidade. Um modelo que presume que toda a população possui acesso irrestrito à internet ou que possui condições de desenvolver habilidades no uso das tecnologias. É necessário frisar que parte considerável da sociedade não possui internet de qualidade e as competências necessárias para seu uso consciente e funcional. E sim, este grupo social está adentrando aos portões da universidade pública e não está em condições equânimes aos demais grupos sociais representados no corpo discente das instituições, para disputar o espaço da educação superior pública e de qualidade.

Tais constatações não implicam no pensamento de que a Universidade deve assumir responsabilidades sociais que ela não possui. Pelo contrário. A própria comunicação institucional e universitária pode traduzir aos órgãos competentes e à população em geral qual é de fato sua missão e valores, quais são suas responsabilidades sociais e regimentais e principalmente quais são as necessidades que estão sendo evocadas pelos estudantes e servidores que compõe a comunidade acadêmica, de forma a suscitar respostas governamentais e comunitárias aos problemas que não podem ser solucionados a partir de condutas pontuais e isoladas.

É nesta perspectiva de atuação em rede que a comunicação é desafiada. Ela pode viabilizar que a sociedade e demais órgãos públicos, privados e governamentais percebam a Universidade como parte de um todo indissolúvel, como parte importante da economia local, como espaço de pesquisa, ciência, cultura e arte conectado aos avanços sociais e tecnológicos, os quais a tornam patrimônio indispensável ao pleno desenvolvimento das mais variadas políticas públicas, possibilitando melhores condições de vida à população.

Enquanto circuito, a comunicação institucional retroalimenta e é retroalimentada pela participação, inserção e permanência popular na universidade. Pensar na aprendizagem midiática sobre a própria universidade implica em compreender esta aprendizagem enquanto campo distinto da educação, sendo a primeira constituída na família, na cultura, nas práticas sociais e a segunda no educar institucional. Como bem esclarece Braga (2001), a aprendizagem midiática mediatizadora das

aprendizagens na família, na vida prática e na cultura se insere, se mistura no sistema educacional a ponto de instituições educacionais, como a universidade, não acompanharem estas transformações e intensificarem o rol de injustiças sociais.

A UFU, sendo uma instituição multicampi localizada no interior de Minas Gerais, enfrenta a problemática de garantir que as informações a respeito do ingresso e permanência cheguem a todas as camadas da sociedade, especialmente àquelas mais distantes dos grandes centros urbanos. A desigualdade no acesso à informação é um obstáculo que deve ser enfrentado com políticas de comunicação mais inclusivas, que alcancem públicos de diferentes perfis socioeconômicos, com políticas e práticas que visualizem os cidadãos e cidadãs como sujeitos e não meros receptores de mensagens ou ações institucionais distanciadas da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos epistemológicos em Platão permitem buscarmos respostas racionais para problemas conceituais. A universidade é uma ideia universal? Podemos olhar para a universidade enquanto prédio, salas de aula e laboratórios. Também podemos olhar com a alma, pensá-la como ambiente de sociabilidade, interacionalidade, espaço dinâmico, mutável, mas que se perpetua por meio da construção coletiva do conhecimento. E o ingresso e permanência? O cenário exposto aqui demonstra que não basta existirem vagas disponíveis, uma vez que os números de vagas ociosas são alarmantes. Ingressar na universidade não é apenas preencher uma vaga. Ao pensarmos racionalmente e contemplarmos a realidade com a nossa inteligibilidade percebemos que para o jovem que está saindo do ensino médio, por exemplo, as informações sobre como se inscrever em um processo seletivo, onde buscar solucionar suas dúvidas a respeito disto, sobre como irá se manter na cidade do curso de graduação caso seja aprovado, talvez não estejam tão disponíveis e claras.

As tecnologias empregadas na comunicação nos fizeram acreditar que o contato humano pode ser descartado, quando pensamos no acesso às informações. Entretanto, a realidade está demonstrando o contrário. Editais, publicações ou posts podem não ser o modelo comunicacional suficiente para possibilitar um maior número de ingresso e permanência na universidade. A comunicação mediatizada pela tecnologia talvez possa ser aprimorada com a retomada do elemento humano, o qual não é e não deveria ser substituído como tem sido. Isto não implica em uma negação

ao avanço tecnológico e uso das TICs, pelo contrário. Será necessário questionar o humano enquanto elemento indispensável e essencial na comunicação, ainda que apoiado pelo uso crítico das TICs.

O produto de um processo comunicacional que tem como fenômeno a interacionalidade entre Universidade e Sociedade, permeada pelo contexto capitalista e diferentes práticas de sociabilidade poderia resultar na ocupação dos espaços de discussão e deliberação sobre as políticas institucionais (extensão, comunicação, assistência estudantil na UFU) como fóruns, conselhos, grupos de estudos, coletivos, comissões. Seria a universidade e comunidade em constante interação e codependência. Afinal, não existe universidade sem estudantes. E os estudantes são representações objetivas e subjetivas de toda uma comunidade externa que olha para a universidade ou que simplesmente não a vê.

Os desafios são inúmeros, e numerosas são as angústias. Talvez o passo inicial seja identificar que parte do problema está na informação disseminada pela mídia, no poder do capital ao difundir e infundir amplamente o marketing das instituições privadas no imaginário social, na reforma empresarial da educação, nas fake news sobre a universidade pública, nas profundas desigualdades sociais que fazem com que os estudantes aprovados em vestibulares e processos seletivos ainda assim precisem escolher não ingressar em universidades públicas, por precisarem conciliar trabalho, estudos e sobrevivência.

Na prática, os estudantes ao adentrarem os portões da universidade não conseguem materializar o que foi midiaticizado com o que de fato está posto na realidade vivida. Disso advém as imagens sobre a Universidade, equivocadas e evocadas pela sociedade. Para além do midiático, a comunicação poderá constituir-se no vínculo estratégico e necessário à redução do distanciamento entre a universidade e sociedade, consolidando os pilares do ensino, pesquisa e extensão, tangenciados pela assistência estudantil e culminando em um futuro mais seguro e promissor para a educação superior pública.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as)**



Graduandos (as) das IFES. 2019. Disponível em <https://www.Andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BRAGA, J.L.; RABELO, L.; MACHADO, M.; ZUCOLO, R.; BENEVIDES, P.; XAVIER, M.P.; CALAZANS, R.; CASALI, C.; MELO, P.R.; MEDEIROS, A.L.; KLEIN, E.; PARES, A.D. **Matrizes interacionais:** a comunicação constrói a sociedade [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2017, 449 p. Paradigmas da Comunicação collection. ISBN: 978-85-7879-572-6.

BRAGA, J.L. Aprendizagem versus educação na sociedade mediatizada. In: ANAIS DO 10º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 2001, Brasília. **Anais eletrônicos**, Galoá, 2001. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2001/trabalhos/aprendizagem-versus-educacao-na-sociedade-mediatizada?lang=pt-br>> Acesso em: 24 mai. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. Comunicação como direito e ação política. In: SALES, M.; RUIZ, J. (org.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COGOY, E.M.; PEREZ, S. C.; DUTRA, S.F.; BERGER, P.O.; LODOVSKI, R. Comunicação e Serviço Social: Uma análise sobre a comunicação no exercício profissional do Assistente Social. In: ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2018, Espírito Santo. **Anais eletrônicos**, Open Jornal Service, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23550>. Acesso em: 24 mai. 2025.

DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. A constituição da assistência estudantil como campo científico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, p. e10516, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10516>. Acesso em: 24 mai. 2025.

FREITAS, L.C. **A Reforma Empresarial da Educação:** Nova Direita, Velhas Ideias. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEONARDI, Fabricio Gobetti; ROSA, Anderson da Silva; ANDREAZZA, Rosemarie. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: disputas políticas e efeitos sócio-históricos. **Revista Internacional de Educação Superior, Campinas**, SP, v. 11, n. 00, p. e025034, 2024. DOI: 10.20396/riesup.v11i00.8674402. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8674402> Acesso em: 24 mai. 2025.

PAIXÃO, D.X. **O compromisso da Universidade com um quefazer público ao encontro da Educação Social e do bem viver.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181844> Acesso em: 24 mai. 2025.

RIBEIRO, F. P. Paulo Freire na Comunicação e os Meios de “Comunicados”. **Rizoma**, v. 1, n. 2, p. 78-91, 24 mai. 2025.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI:** Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum:** notas para o método comunicacional. Edição Digital. Petrópolis: Vozes, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Edital 32/2024**: Concurso Seletivo Para Preenchimento de Vagas Ociosas - Transferência Facultativa 2024-2. Uberlândia: UFU, 2024.

VANNUCHI, Camilo. O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil. **Galáxia**, São Paulo, p. 167-180, 2018. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1935>